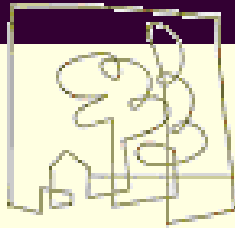


Arborizações do Sotavento Algarvio - Um caso de sucesso ?

O ponto de vista dos actores rurais do território



Cumeadas Pelas nossas terras

ASSOCIAÇÃO
DE PROPRIETÁRIOS
DE FLORESTAS
DAS CUMEADAS
DO BAIXO
ALGARVE

Mário José Lopes de Carvalho

Seminário “A floresta portuguesa no combate à desertificação”
Alcoutim, 8 de Março de 2010

CUMEADAS: O TERRITÓRIO

- Concelhos de Alcoutim e de C. Marim (freguesias de Odeleite e Azinhal)
- Área de 800 km²
- **Declínio demográfico prolongadamente continuado e envelhecimento da população**
- Recursos escassos, frágeis e degradados, tradicionalmente otimizados pela população
- **Área Piloto de Combate à Desertificação**

A degradação das terras áridas e semi-áridas

- É causada por interacções complexas entre factores físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais e económicos;
- Conduz à alteração do desempenho ambiental e à diminuição da produtividade das terras;
- Afecta 30% do Mundo;
- Na Europa, cinco países do Sul estão afectados pela desertificação (sendo um deles Portugal);
- Também em Portugal cerca de 30% da superfície do território nacional se encontra em risco de desertificação.

O combate à desertificação

- Aproveitamento integrado das terras num
- Processo de desenvolvimento duradouro dos territórios fundado na
- Prevenção, redução da degradação ou reabilitação das terras (territórios)

A concretização do combate à desertificação

- **Acção directa no terreno**
 - actores locais através do seu desempenho sócio-económico seguindo Boas Práticas
 - acção que associa Ciência e Tecnologia aos conhecimentos tradicionais das populações locais
 - organizações de produtores florestais com capacidade técnica
- Acção no contexto (Político, Económico, Social e Tecnológico) – **governança** (local e central) e **cidadania**

A ECONOMIA LOCAL, A FLORESTA E O AMBIENTE

- Declínio do sistema baseado na produção de cereal e gado e outras actividades complementares;
- Emergência de novo sistema agro-rural baseado na floresta, mantendo-se as actividades complementares tradicionais;
- Constatação do potencial destas actividades como instrumento de combate à desertificação;
- A importância do potencial deste novo contexto para o desenvolvimento rural do território;
- A falência generalizada das tentativas de diversificação da economia local desenvolvidas à margem do pilar agro-silvo-pastoril.

Fragilidades da realidade em causa, que comprometem o combate à desertificação e o desenvolvimento local

- Estado de degradação dos recursos base: Solo, Água e Biodiversidade.
- Características climáticas desfavoráveis.
- Consequente desfavorecimento estrutural perante o Mercado (valor acrescentado das actividades agro-rurais tendencialmente reduzido ou mesmo negativo).
- Geração de baixos rendimentos, nestas actividades, insuficientes para:
 - Cobrir custos de manutenção associados à prevenção de incêndios;
 - Remunerar o trabalho agro-rural de forma competitiva face a outras actividades, por exemplo, turismo e serviços associados;
 - Renovar, de forma duradoura, os ciclos de desempenho, conduzindo à cessação de actividade das explorações.
- Condições pouco interessantes para a fixação de novos residentes (com vista ao empreendimento ou à ocupação de novos postos de trabalho)

O papel assumido pelos actores agro-rurais tradicionais

- Significativo sentido de responsabilidade social;
- Motivação dos referidos actores para o empreendimento (realista e sensato face a este contexto agro-rural e ao Mercado);
- Forte e genuína dinâmica associativa;
- Desenvolvimento de um bom nível de capacitação do associativismo agro-rural do território;
- Nível de articulação destas estruturas associativas com outras entidades e contextos pertinentes;
- Investimento firme no sentido do Planeamento (criação de Zonas de Intervenção Florestal).

O papel assumido pela AP

- **O PEN em implementação sugere-nos o risco de:**
 - Uma insuficiente acção político-administrativa face à necessidade de regeneração de recursos base, indispensável à construção de uma economia rural efectivamente sustentável (denunciada pela ausência de referência explícita à sua importância estratégica);
 - Um favorecimento de opções que visam supostas vantagens decorrentes dos ganhos de competitividade face ao Mercado, em detrimento da (não referida explicitamente) necessidade estratégica de regeneração de recursos base em áreas significativas do Território Nacional, como é o caso que apresentamos e sobre o qual estamos a reflectir.

A questão fundamental

O combate à desertificação depende da viabilidade das explorações e da sua contribuição para a economia do território.

Como sustentar um sistema agro-rural baseado em recursos escassos, frágeis e degradados, e, em geral, gerador de rendimentos insuficientes?

A resposta fundamental

- **Isso só será possível através da correcta e devida internalização das externalidades geradas (regeneração e condução ambiental). Por exemplo:**
 - **atribuindo aos actores intervenientes o direito de propriedade dos benefícios colectivos que produzem;**
 - **Através da contratação da prestação de serviço público.**

Nunca será suficiente o bom desempenho dos actores locais organizados, se não for favorável a Acção Política sobre:

- . a Economia**
- . a Sociedade**
- . a aplicação do Desenvolvimento Tecnológico.**



■ **OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO**